

MARCIO MOREIRA ALVES



de Brasília

O Globo
22/02/97
121

O último sonho

• O último sonho de Darcy foi o Projeto Caboclo, de treinamento do povo da Amazônia, para que possam viver melhor sem destruir a floresta. Já quase sem fôlego, na cadeira de rodas, Darcy fez uma exposição aos colegas, que compareceram numerosos. "É o prestígio do câncer", brincou. Mas era também o prestígio do sonhador e o sentimento de urgência que todos sentem para encontrar saídas economicamente viáveis para a região.

A Amazônia tem servido de plataforma para desastrosos projetos ditos "desenvolvimentistas". Ultimamente, porém, os exemplos negativos começam a ser contrabalançados por experiências positivas. O Ministério do Meio Ambiente tem recolhido documentação a respeito desses casos de êxito, em preparação à conferência Rio+5, seqüência da Eco-92, que se reunirá no Rio de Janeiro em março, para uma avaliação dos progressos da Agenda 21. A Agenda 21 foi o compromisso assinado pelos países participantes da Eco-92.

Uma das experiências mais antigas é a da Estação Ecológica Mamirauá, que cobre uma área de várzea de 1.124.000 hectares, na confluência dos rios Solimões e Japurá, próximo da cidade de Tefé, no Amazonas. É uma área onde as águas sobem e descem mais de 12 metros, segundo a estação do ano, provocando deslocamentos da população. Tem, na chamada zona focal, onde se desenvolve a maioria dos projetos, 17 comunidades, com 1.668 habitantes, e, nas áreas vizinhas, outros 37 assentamentos, com 3.600 habitantes.

Fundada em 1990, a estação ecológica foi transformada em reserva de desenvolvimento sustentado em 1996, para facilitar juridicamente os trabalhos de desenvolvimento sustentável.

As áreas de várzea correspondem a 5% da Amazônia e o seu ecossistema é considerado o mais produtivo, dada a sua riqueza pesqueira.

A primeira fase do projeto Mamirauá priorizou a pesquisa da região, para estabelecer as formas de manejo mais convenientes da natureza. Agora, na segunda fase, propõe-se a envolver a população tanto na preservação da biodiversidade como na obtenção de melhores condições de vida. Os recursos para esse trabalho vêm do CNPq e de agências internacionais.

Um projeto prático nasceu de uma parceria entre empresários cariocas, seringueiros e índios. É o "Couro Vegetal da Amazônia", um tecido emborrachado, defumado e vulcanizado, que serve para fazer bolsas, pastas executivas, mochilas etc. Segundo os seus idealizadores, cada objeto feito com este material preserva cerca de cem hectares de floresta, e os cerca de cem seringueiros que se dedicam a este trabalho, em duas reservas extrativistas do Acre e numa do Amazonas, conseguem ganhar três vezes mais que nas suas atividades tradicionais.

Os primeiros produtos feitos com couro vegetal, lançados no mercado em 1992, revelaram-se frágeis. Foram necessários três anos de pesquisas para se chegar ao atual processo de vulcanização, através de um processo químico de estabilização do látex, defumação e secagem em estufas. Em

1995, o produto foi relançado, dentro dos padrões de qualidade internacionais. Os produtores são treinados onde vivem e todo o processo é feito nos próprios seringais.

Os organizadores do projeto acham que subestimaram o interesse do mercado nacional pelos produtos de couro vegetal. Em 1996, no entanto, foi dada prioridade ao mercado interno. As vendas, feitas através da rede Gente Nawa, cresceram 500% e atingiram R\$ 500. Estimam o potencial de produção em dez vezes as cem mil lâminas anuais de hoje.

O financiamento inicial veio de um empréstimo de um milhão de reais do BNDES. Agora, os produtores estão sendo preparados para buscarem crédito por conta própria, no Prodex, uma linha de crédito federal criada para atividades extrativistas.

Há muitos outros projetos interessantes de desenvolvimento sustentável na Amazônia. O Projeto Iara, parceria do Ibama com uma ONG alemã, pretende ordenar a atividade pesqueira na região e já funciona há seis anos. O Projeto Juarena, em Mato Grosso, mantém uma fazenda modelo de cem hectares e difunde técnicas de manejo agroflorestal de convivência com a floresta, envolvendo cerca de mil famílias. Todos, no entanto, atingem um número reduzido de pessoas e áreas pequenas relativamente à imensidão da região. Falta muito, portanto, para que o sonho de Darcy se realize.

O CEI

No artigo que publiquei sábado passado sobre o Centro de Educação Integral, CEI, que funciona no bairro de Quintino, informei que as instalações haviam sido transferidas para o Governo estadual porque o Governo federal não sabia o que fazer com elas.

A dra. Ivanisa Teotelroi Martins, que então presidia a CBIA, entidade responsável por Quintino, escreveu-me uma carta detalhada, contestando a informação. Diz:

— O sr. Leonel Brizola, então governador do Estado do Rio, premido pela repercussão internacional da chacina da Candelária, em junho de 1993, exigiu que o Governo federal transferisse ao estadual o milhão de metros quadrados de Quintino, alegando que resolveria de uma vez por todas a situação das crianças de rua no estado. O Governo estadual em nenhum momento apresentou à União um projeto para desenvolver ações em Quintino, exigência constante, inclusive, das regras de convênio. Também não apresentou contrapartida financeira. Mas recebeu recursos, desde então, com esta finalidade.

— Optei por pedir demissão da presidência da CBIA, por não concordar com a forma intempestiva e irresponsável desta transferência. Hoje, percebo que foram necessários quatro anos para o aproveitamento efetivo dessas instalações.